

DÉRCIO TSANDZANA*

JOVENS URBANOS E INTERNET EM MOÇAMBIQUE: DESPOLITIZADOS OU PORTADORES DE “NOVAS” FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA?

Resumo: Na vasta literatura em ciência política, a discussão em torno da participação política evoluiu ao longo do tempo, sobretudo com o surgimento das ferramentas digitais de forma geral, e das redes sociais da Internet² em particular. Na mesma equação, os jovens surgem como actores que promovem actos de activismo por meio de tais plataformas. Contudo, nem sempre a referida realidade é vista de forma positiva, se confundindo, inúmeras vezes, com uma aparente perda de interesse dos mesmos jovens em acções políticas formais tais como eleições ou participação em partidos políticos. Considerando tal contexto, o presente artigo discute a relação que pode ser estabelecida entre jovens, participação política e emergência das redes sociais da Internet em Moçambique, defendendo o argumento segundo o qual os espaços de participação política em Moçambique encontram-se obstruídos, por conta da submissão histórica na qual os jovens foram imperados ao longo dos anos, razão pela qual socorrem-se das ferramentas digitais da Internet como alternativa viável e segura – o espaço virtual como uma ‘escapatória’.

Palavras-chave: jovens, política, Moçambique, redes sociais, Internet

* Doutor em Ciência Política (Sciences Po, France) - Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique)

² Por opção do autor, o termo Internet será escrito continuamente pela inicial maiúscula.

Abstract: In the political science literature, the discussion on political participation has changed over time, especially with the emergence of digital tools in general, and Internet social networks in particular. In that context, young people emerge as actors who promote acts of activism through such platforms. However, this reality is not always seen in a positive way, being manipulated many times with an apparent loss of interest of young people in formal political actions such as elections or participation in political parties. In this context, this article discusses the relationship that can be established between young people, political participation and the emergence of Internet social networks in Mozambique, defending the argument that the spaces for political participation in Mozambique are obstructed by the historical submission to which young people have been relegated over the years, which is why they choose to Internet digital tools as a viable and safe alternative – the virtual sphere as an ‘escape route’.

Keywords: youth, politics, Mozambique, social media, Internet

INTRODUÇÃO

Durante longo tempo, o campo da ciência política esteve interessado no debate em torno da participação política numa esfera meramente eleitoral ou de adesão aos partidos políticos (Norris, 2002). Porém, dado ao facto de aparente distanciamento entre os políticos e os cidadãos em vários países, e consequente crescente dos níveis de abstenção eleitoral (Van Reybrouck, 2013; Braud, 2014), fez com que florescessem “novas” formas de analisar o significado da participação política, para além da actividade circunscrita unicamente ao voto (Levitsky, 2017).

Embora com níveis baixos de acesso às plataformas digitais, em África, tal realidade encontra nas redes sociais da Internet um elemento galvanizador em torno da designada geração “born free” – aquela que não viveu directamente as consequências das lutas de liber-

tação nacional (Malila, 2015). Por exemplo, em países como Nigéria, Quênia, Zimbabwe e África do Sul, é notório observar que a Internet e, por conseguinte, as redes sociais, têm permitido a promoção de fóruns e iniciativas urbanas que vão desde a realização de manifestações, emissão de opinião por intermédio de plataformas virtuais, sondagens de opinião, bem como a realização de petições ou mesmo de boicotes (Chiweshe, 2017), sobretudo com a emergência da “primavera árabe” (Wilson et al. 2012).

Moçambique não escapou à realidade acima descrita, pois constata-se que nos últimos anos emergem diferentes iniciativas que tendem a promover acções de engajamento político dos cidadãos, na sua maioria jovens, que estão presentes nos grandes centros urbanos, como por exemplo o caso do *Txeka/Olho do Cidadão*, entre outros (Tsandzana, 2019). Contudo, alguns estudos já haviam mostrado que não é somente de aspectos positivos que são feitas as redes sociais da Internet, pois prevalecem críticas sobre a real capacidade de tais plataformas digitais constituírem-se como um espaço que possibilite o engajamento dos cidadãos na sua plenitude (Morozov, 2011).

Ainda sobre Moçambique, Celestino Joanguete (2017:2) apontou que “(...) tais movimentos, embora tenham uma consciência política clara, ainda não se configuram como um grupo organizado com o objectivo de exercer a pressão rumo a mudanças políticas e sociais dispondo das redes sociais da Internet, enquanto meio de protesto e de revolta popular”. Ou seja, fica ainda por perceber até que ponto as redes sociais da Internet constituem, de facto, uma alternativa de participação efectiva que deve ser considerada como efectiva ao exercício da participação política.

Em termos teóricos, ao longo do presente artigo, as redes sociais da Internet serão entendidas como ferramentas do espaço virtual e de diálogo, que possibilitam a comunicação mediada pelo computador ou outro tipo de dispositivo electrónico com acesso à Internet, mesmo que se admita que não existe uma única definição sobre o objecto que iremos tratar (Boyd, 2007; Bucher, 2015). O nosso argumento é fundamentado no levantamento teórico sobre as abordagens que versam

sobre “jovens, participação política e Internet” numa esfera global, e de forma particular para o caso de Moçambique.

Em termos de estrutura, a primeira parte propõe uma discussão teórica sobre o conceito de juventude. Num segundo momento, faz-se a discussão da evolução controversa sobre o significado do que entendemos por participação política. Enquanto isso, a terceira secção fará a abordagem sobre a relação possível que pode ser estabelecida entre Internet e política, sendo a quarta parte apresenta e discute os resultados do trabalho de campo, antes da conclusão geral em forma de hipóteses para discussões futuras.

METODOLOGIA

Eminentemente qualitativo, o presente artigo teve como base a realização de (10) entrevistas semi-estruturadas com um colectivo de jovens, mulheres e homens, na sua maioria usuários assíduos das de redes sociais da Internet, entre Julho – Novembro 2019. Seleccionados na base do seu perfil eminentemente urbano, bem como na qualidade de usuários assíduos (acesso diário) de redes sociais da Internet, todos possuem ao menos formação superior completa (licenciatura). Em termos geográficos, são residentes na cidade de Maputo, dado que o nosso interesse é captar a sensibilidade urbano-juvenil do uso das plataformas digitais.

Apesar do factor residência, um dos critérios centrais para a selecção da amostra foi o uso da língua portuguesa como elemento em comum em todas as entrevistas, sendo que o perfil etário escolhido se circunscreveu nas idades que variam entre os 18 e 35 anos, uma escolha que, embora controversa sobre o intervalo juvenil, é consensual para o contexto sócio-político em Moçambique. Para efeitos de ética da pesquisa, importa sublinhar que ao longo do artigo não serão usados os nomes verdadeiros dos entrevistados, sendo por isso apenas identificados pelas suas iniciais devidamente codificadas.

Baseada na explicação metodológica acima, destaque-se que os

resultados apresentados neste artigo devem ser lidos com a devida cautela que lhe é necessária, não sendo assim em nenhuma circunstância generalizáveis, sem se ter o devido contexto e as limitações de interpretação possíveis, sobretudo por se estar em face de uma franja da população circunscrita num espaço temporal e geográfico específicos, caso concreto a cidade capital – Maputo.

Igualmente, os estudos baseados em percepções sobre o uso da Internet são escassos em Moçambique (Tsandzana, 2018), o que pode ser tido como uma limitação. Assim, usando-se dessa metodologia, ao longo do artigo procuraremos abordar uma questão central: apesar da aparente fadiga pela política formal (partidos políticos e eleições), até que ponto o uso das redes sociais da Internet pode ser determinante para o florescer do activismo juvenil em Moçambique?

JUVENTUDE(S): QUANDO DEFINIR SE TORNA UMA INCÓGNITA

Importa destacar que ao longo do tempo, as palavras “juventude, idade adulta e velhice” fazem parte do que Cécile Van De Velde (2015) considera como ciclo da vida. No entanto, essa estruturação de existências comumente aceite é profundamente questionada, porque, como seres humanos, as nossas perspectivas sociais mudaram consideravelmente, seja em relação à expectativa de vida ou aos caminhos sociais e políticos recentes, o que pode ser descrito como “novas vidas” ou mesmo “novas mobilidades” (Van De Velde, 2015: 6).

Por conseguinte, embora ainda pouco presente em Moçambique (Tsandzana, 2020), verifica-se que os estudos sobre participação juvenil constituem um campo de pesquisa diversificado e prolífico em vários países, uma área de pesquisa marcada pela heterogeneidade do significado da noção “juventude” (Galland, 2011; Muxel, 2018). Por exemplo, para Joschka Philipps (2018: 77), ser jovem significa “algo tangível em Deli, Nairobi ou Bogotá”, mesmo que a dinâmica local de cada país contribua para formar a percepção do que designamos ju-

ventude.

Nesse sentido, John Comaroff et al. (2000:20) mostram que a ambivalência da noção de “juventude” está no centro da construção dessa categoria, que coloca os jovens na linha da frente das esperanças políticas nacionais e os constrói ao mesmo tempo como as “criaturas dos nossos pesadelos”. Já em Moçambique, um país com uma população de mais de 50% abaixo de 35 anos (INE, 2017), o debate em torno da noção “juventude” surge regularmente de duas maneiras.

Por um lado, é necessário questionar a produção dos números relativos à população considerada jovem, porque podemos encontrar no mesmo país a existência de dados estatísticos e estudos demográficos contraditórios, sendo que se exige prudência e rigor necessários ao lidarmos com esses dados. Por outro lado, existe uma estrutura legal em termos da Constituição da República e uma Política Nacional de Juventude, instrumentos estes que não encontram o mesmo alinhamento com instrumentos regionais ou continentais como a Carta Africana da Juventude sobre quem deve ser chamado jovem.

Alguns autores que se interessam por esta temática argumentam que o estudo sobre a ‘juventude’ deve ser visto mediante o contexto em que se pretende abordar o tema (Galland, 2011). Por sua vez, Alcinda Honwana (2014) defende a juventude como um conceito antropológico e uma construção social, afirmando que os jovens em África são “waithoods” – um período de suspensão e espera prolongadas, entre a infância e a idade adulta, dado que a transição dos jovens para a vida adulta se tornou incerta, sendo que estes mesmos jovens precisam improvisar seus meios de subsistência, o que segundo Pais (1990) se baseia no facto de, histórica e socialmente, a juventude ser encarada como uma fase da vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados ‘problemas sociais’ do quotidiano.

Ou seja, se os jovens não se esforçam para contornar tais problemas, correm o risco de serem apelidados de irresponsáveis ou desinteressados. Desta forma, um adulto é responsável, diz-se, porque responde a um conjunto determinado de exigências sociais – de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado), conjugal ou familiar (en-

cargos com filhos, por exemplo) ou ainda habitacional (despesas de habitação e aprovisionamento). Assim, a partir do momento em que vão contraindo tais responsabilidades, os jovens adquirem o estatuto de adultos.

Em muitos países de África, incluindo Moçambique, são jovens aqueles que se situam entre as idades de 15 e 30 ou ainda 35 anos, vistos geralmente como marginais em relação aos processos sociais, económicos e políticos, estando geralmente a desempenhar um papel social menos relevante (De Boeck et al., 2000). Mesmo que tal não se limite apenas aos “países do Sul”, as discussões e controversas sobre os jovens nesses países têm carácter específico, uma realidade que pode ser explicada por várias razões que combinam a situação económica menos vantajosa da maioria dos países dessa região, onde o grande peso demográfico dos jovens é combinado com fenómenos de violência e delinquência social (Diouf, 2001).

Para o presente artigo, consideramos como jovens os indivíduos a fixados numa faixa que vai dos 18 aos 35 anos de idade, sendo esta uma escolha justificada pelo facto de Moçambique ser signatário da Carta Africana da juventude que, embora use uma franja diferente, associa a juventude ao quesito idade. Igualmente, constata-se que os relatórios demográficos (INE, 2017) consideram que mais de 50% da população moçambicana esteja abaixo dos 35 anos – uma sociedade maioritariamente juvenil. Para além da dimensão etária, devemos, igualmente, considerar como jovens os indivíduos cientes ou aptos a exercer os seus direitos políticos como de eleger e serem eleitos.

Assim, a partir da definição dada acima, entendemos que a problemática da nossa análise diz respeito à compreensão da articulação entre juventude e a ordem sócio-política. Ou seja, como é que os jovens moçambicanos, usando-se da Internet, estão a transformar a forma de fazer política no país? Sublinhe-se que este artigo admite, em determinadas circunstâncias, o uso do termo juventude(s) na sua dimensão plural (Roche, 2006), pois entende-se que não podemos atribuir uma única formulação teórica, tal como foi apresentado no título e na discussão desta secção.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (E SUAS METAMORFOSES)

Durante muito tempo, a participação política foi uma das áreas mais estudadas no campo da ciência política, uma abordagem marcada significativamente pelas eleições como a primeira forma de participação na esfera política (Norris, 2002). Porém, essa percepção evoluiu com o tempo, mostrando-se, por exemplo, que acções direccionadas aos actores políticos e sociais, *media* ou economia poderiam ser analisadas como participação política. De facto, Teorell et al. (2007) sugerem uma tipologia mais ampla, abrangendo cinco dimensões, sendo que a participação eleitoral é a primeira delas.

A segunda seria a participação do consumidor, que inclui doações de caridade, boicotes e assinatura de petições – explorando o papel dos cidadãos como consumidores críticos. A terceira dimensão é a actividade dentro de um partido político: ser membro de um partido político, participar activamente nele, ser voluntário ou doar dinheiro ao mesmo partido político. A quarta dimensão é a actividade de protesto, que inclui actos como participação em manifestações, bem como greves. Contactar políticos ou funcionários públicos seria, então, a quinta dimensão.

Assim, é justo considerar que a participação política se tornou um tópico de análise que vai além do voto como a única modalidade de intervenção (Braud, 2014), principalmente num contexto em que os políticos adoptam outras modalidades e espaços de diálogo com o aumento do uso da Internet. Tal realidade é espelhada pelo facto de os jovens estarem a encontrar nas redes sociais da Internet outras ou “novas” formas de interpelar os seus governantes, mobilizando-se de forma colectiva. No caso particular de alguns países em África, verifica-se que o ambiente urbano é caracterizado por manifestações, principalmente realizadas por jovens politicamente activos, mas economicamente marginalizados. Tal foi ainda visível nas manifestações realizadas em Luanda, Angola, em Junho de 2023.

Tal tipo protestos multiplicam-se nas capitais e grandes cidades

(por exemplo, Bamaco – Mali e Lagos – Nigéria), sendo que a violência urbana é provavelmente devida a factores mais gerais do que a situação do emprego (desigualdade e exclusão), como mostra Honwana (2019). Essa visão da participação política ecoa igualmente no que Anne Muxel (2016: 38) chamou de “novos usos da política” – o aumento e a disseminação da abstenção reflecte uma profunda mudança na norma cívica e no modelo de cidadania. No entanto, mesmo que as últimas eleições gerais em Moçambique (2019) se tenha registado uma participação de mais de 50%, vemos que o interesse pela política formal (partidos políticos e associações) deu gradualmente lugar para comportamentos flutuantes e intermitentes.

Nas mesmas eleições gerais, verificou-se que a abstenção se situou em 49%, num universo de quase treze milhões de eleitores. Embora não se possa considerar uma percentagem baixa, sugere-se que existem outros fenómenos para explicar essa tendência, os quais estão relacionados ao facto de que em todas as eleições, especialmente no nível presidencial, construir-se o pensamento segundo o qual os vencedores serão sempre os mesmos actores políticos – são conhecidos antes das eleições. Sobre esse tópico, com base na análise das eleições presidenciais de 2004 em Moçambique, Pitcher (2005) havia mostrado que a baixa taxa de participação deve ser posta em perspectiva à luz do clima de instabilidade política e das atitudes dos cidadãos em relação ao país no geral.

Ademais, o autor acrescenta que devemos atentar-nos para as mudanças políticas dos últimos quinze anos que também influenciaram o comportamento cívico dos moçambicanos. Por exemplo, pesquisas de opinião realizadas pelo Afrobarómetro, entre 2005 e 2018, mostraram que as eleições constituem ainda um dos mecanismos que granjeia algum interesse entre os moçambicanos (ver gráfico 1).

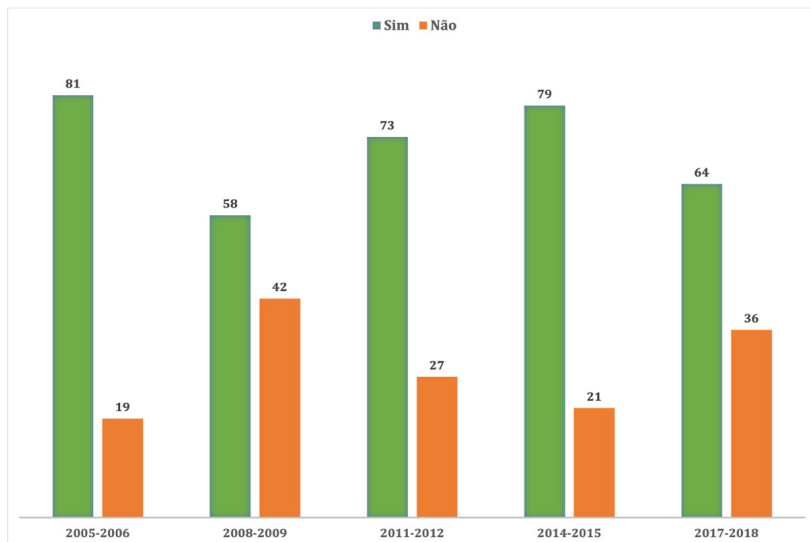


Gráfico 1: Terá votado na última eleição? (Compilação Afrobarómetro, 2005-2018, adaptado por Tsandzana, 2023).

Se considerarmos para uma dimensão continental, verifica-se que desde o eclodir da “Primavera Árabe”, o continente africano passou por eventos de protesto motivados por demandas em relação aos actores políticos (Mueller, 2018). Em Marrocos, por exemplo, o surgimento do movimento “Juventude de 20 de Fevereiro” incentivou o surgimento de estratégias não convencionais e não institucionalizadas encabeçadas por jovens para participação política via Internet com vista a promover manifestações (Bono, 2013) – um marco segundo o qual a Internet teve um papel fundamental na forma não só como os actos de protesto foram organizados, mas bem como eram difundidos.

No entanto, é preciso prestar atenção a essa leitura, porque outros estudos (Durampart, 2013) demonstraram que esses espaços não permitiram uma manifestação real, porque quem promoveu tal forma de participação vivia fora do continente africano. Por conseguinte, outros autores (Da Silveira et al., 2014: 5) chamam atenção para que se evite cair no extremo de um “determinismo tecnológico”, segundo o qual as

inovações que ocorrem no sistema económico e nos meios de comunicação geram automaticamente novas modalidades de acção colectiva e de comportamentos humanos. Dito de outra forma, não se pode criar um determinismo segundo o qual a Internet é revolucionária na sua plenitude.

BREVE PAISAGEM DA EVOLUÇÃO DO ACESSO À INTERNET EM MOÇAMBIQUE

O ano 2000 marca uma nova era no campo das tecnologias de informação e comunicação em Moçambique, pois foi naquele ano que o país adoptou a política de informática, tendo em 2012 aprovado sua estratégia de implementação. Embora com limitações, importa destacar que Moçambique tem feito progressos na criação de um ambiente onde os cidadãos tenham cada vez mais acesso às tecnologias de informação e comunicação, bem como serviços relacionados. Tais acções são realizadas em vários níveis e ajudam a melhorar o acesso à Internet, bem como criar um ambiente em que as tecnologias são vistas como ferramentas essenciais.

No âmbito da implementação de estratégias no campo digital, diversos projectos têm sido implementados no país, com destaque para a Rede de Governo Electrónico (GovNet), a Plataforma Integrada de Serviços ao Cidadão (e-BAU), bem como a instalação de acessos gratuitos de acesso à Internet em diferentes centros urbanos por via do FSAU – Fundo de Serviço de Acesso Universal. Contudo, apesar dessa evolução, os dados existentes mostram que o país possui uma limitada percentagem de com a cesso à Internet, situando-se em aproximadamente 21% (Hootsuite, 2023), como ilustra a figura número 1.

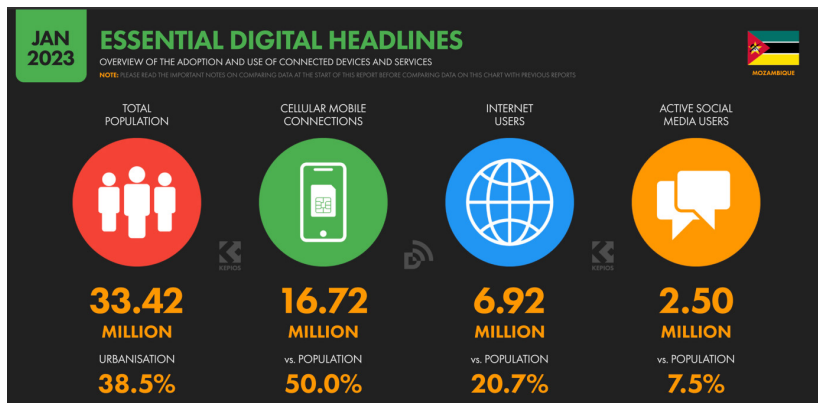


Figura 1: Evolução do uso da Internet em Moçambique (Hootsuite, 2023, uso livro)

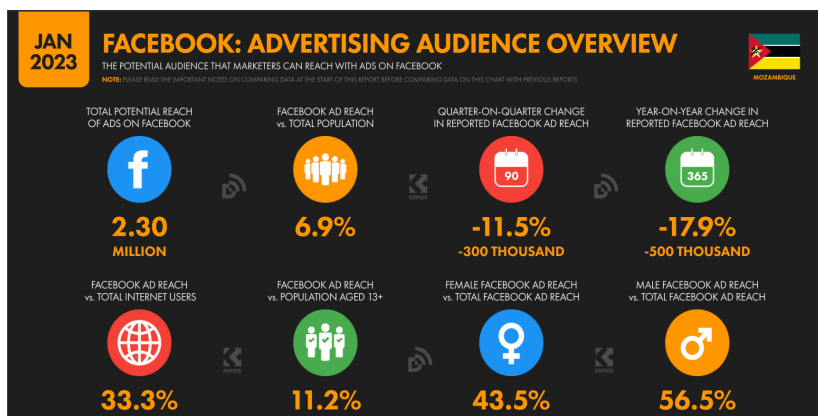


Figura 2: Uso do Facebook em Moçambique (Hootsuite, 2023, uso livro)

Dos dados acima, é ilustrativo que o Facebook é a rede que possui maior número de acessos no país. Desse número, o Facebook tinha perto de 2.30 milhões de utilizadores em Moçambique no início de 2023. No entanto, a Meta, detentora do Facebook, fez mudanças na forma como os seus recursos publicitários passaram reportam a audiência – incluindo fazer revisões significativas aos seus dados de audiência de base – pelo que os números aqui mostrados não são directamente comparáveis com os números publicados em anos anteriores.

Adicionalmente, o alcance dos anúncios do Facebook em Moçambique era equivalente a quase 7% da população total no início de 2023. Para um contexto adicional, o alcance dos anúncios do Facebook em Moçambique era equivalente a 33% da base de utilizadores locais da Internet (independentemente da idade) em Janeiro de 2023. No início de 2023, 43,5% da audiência de anúncios do Facebook em Moçambique era do sexo feminino, enquanto 56,5% era do sexo masculino.

JOVENSEPOLÍTICAEMMOÇAMBIQUE:DA CONFIANÇA HISTÓRICA AO ABANDONO POLÍTICO

Importa destacar que a equação entre juventude(s) e política é feita de múltiplas contradições, o que pode ser resumido em três níveis (ver tabela 1), de acordo com Farthing (2010). Embora não seja possível analisar os três níveis de forma isolada, da tabela abaixo o nosso interesse recai sobre o segundo nível, onde procuraremos perceber de que forma os jovens se engajam politicamente através de “novas formas” que são oferecidas pelas redes sociais da Internet em Moçambique.

Paradigma	Descrição	De quem é a falha?
Desengajados	Os jovens não aderem à política – não possuem interesse e fogem dela	Jovens
Engajados	Os jovens participam da política, mas através de outras formas	Política tradicional (partidos políticos e sindicatos)
Radicalmente despolitizados	Os jovens rejeitam completamente questões políticas (e os políticos)	Sem culpados – sinal de um novo tipo de sociedade

Tabela 1: Resumo explicativo da relação entre jovens e política (FARTHING, 2010, adaptado pelo autor)

No geral, verifica-se que no continente africano existe um paradoxo quando discutimos sobre os jovens e política, dado que se esses mesmos jovens eram percebidos como uma esperança pelo poder político, vivem hoje numa tensão permanente entre a cooptação e a busca permanente para construção de uma identidade. Nota-se que tais jovens oscilam entre a conformidade estratégica e a obediência, onde são submetidos ao assédio político e a reprodução de práticas de tutela, dominação e vigilância política por parte do Estado e das autoridades públicas (Biza, 2007), sendo que no caso de Moçambique tal sucede através da organizações juvenis-partidárias (Tsandzana, 2022).

Essa perspectiva mostra que, de acordo com os tempos, os jovens são tidos às vezes como uma ameaça a uma ordem social estabelecida, devido a um temperamento rebelde e protestante específico que caracteriza essa fase da vida, mas às vezes pela sua incapacidade de assumir suficientemente obrigações e deveres da geração mais jovem, devido à indiferença (Muxel, 2010: 20). Por conseguinte, Borges (2016: 79) mostra, numa análise sobre participação política juvenil em Cabo Verde, que “(...) os jovens constantemente abalam e moldam a sociedade, mas por outro lado também são moldados e abalados por serem frequentemente empurrados, puxados e coagidos para inúmeras acções, através de estruturas e processos sobre os quais têm pouco ou nenhum domínio, tais como família, comunidade, Estado, educação e os *media*”.

A mesma autora (*idem*) avança ainda que os jovens são frequentemente mais vulneráveis ao risco e à pobreza, sendo assim constantemente manipulados por elites para promover seus interesses, sobretudo durante as eleições e depois marginalizados, destruídos pelo desemprego, exploração, pobreza e falta de acesso a oportunidades de educação. Mesmo que tal realidade não seja linearmente transporta de igual forma, entendemos que para o caso de Moçambique, qualquer abordagem que pretenda discutir sobre os jovens e sua relação com a política, deve ser feita tendo em conta o que designamos de “recuo político-histórico” para um entendimento amplo da realidade. De facto,

desde a independência (1975), a elite política dominante, representada pelo partido Frelimo, concebeu os jovens em termos de “futuro” na luta histórica pela libertação de Moçambique.

Assim, com o primeiro presidente do país, Samora Machel (1975-1986), os jovens passaram a ser vistos como a “seiva da nação” – o futuro do país, embora no continente africano essa visão tenha mudado ao longo do tempo e substituída por uma representação juvenil como uma ameaça, perigosa, criminosa, decadente e directamente relacionada ao comportamento sexual delinquente, que coloca os jovens em desvantagem nas prioridades políticas nacionais – para que possam construir “espaços de socialização e nova sociabilidade – culturas – imaginações” por forma a mostrar suas diferenças nas margens da sociedade (Diouf, 2003: 5).

Durham (2000) resume essa tensão entre “conquista da cidadania” e cooptação. Para a autora, de certa forma, haveria, por um lado, essa capacidade dos jovens de ver hierarquias estabelecidas sob uma nova aparência, uma vez que o efeito da socialização ainda é pouco sedimentado e de usar sua energia como alavanca para desafiar ou mesmo sabotar essas hierarquias. Por outro lado, o poder das relações verticais, a inércia das instituições sociais e os meios disponíveis para os idosos podem explicar a possível “submissão” dos jovens em um espaço político como tal.

Ademais, Adebayo (2018) afirma que o envolvimento dos jovens na vida política da maioria dos países em África não reconhece a capacidade autónoma dos jovens. Em vez disso, a narrativa sobre o envolvimento dos jovens na vida política nesses países pressupõe que eles (os jovens) não têm voz própria. Tal é sugerido pela maneira como os adultos pressupõem que qualquer papel desempenhado pelos jovens seja, em última análise, aquele atribuído a eles pelos adultos e que, por conta disso, os mesmos jovens são consequentemente agentes passivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como anteriormente referenciado, para o presente artigo quisemos entender de que forma as redes sociais da Internet passaram a transformar a forma de fazer política por parte dos jovens. Tal foi colocado para captar a existência (ou não) de potenciais “novas formas” de se interessar pela política, seja ela formal ou não. A mesma questão foi articulada tendo como fundamento central o facto de existir uma percepção generalizada sobre o impacto que as ferramentas virtuais possuem na forma como os jovens se engajam na política, seja em Moçambique ou em outros contextos. Por exemplo, na voz de um dos entrevistados, ficou patente que as redes sociais da Internet são consideradas como espaços de criação da opinião pública:

Eu olho as redes sociais como um campo é que tu podes influenciar a opinião pública sim, porque mais tempo nós estamos no celular. Tu até podes estar a ler um livro, mas depois vais a correr ao telefone. Eu acho que lá (nas redes sociais da Internet) tu podes formar uma opinião (MM, Novembro, 2019).

Ao se referir a opinião pública, MM nos remete ao questionamento que ao longo da literatura tem sido discutida sobre a existência ou não de opinião pública. Sobre a mesma questão, Bourdieu (1984) já defendia que a opinião pública não existe, dado que é um termo que se tornou banal na forma como é usado. No caso de Moçambique, tem sido notório o uso constante de ferramentas virtuais na emissão de opinião, sobretudo na esfera urbana, embora ainda se mostre limitado o seu alcance. De facto, tal é importante sob pena se estar presente ao que podemos designar de “câmaras de eco” (Cinelli et al., 2021), onde as redes sociais da Internet dão uma impressão de fala para um público largo, enquanto apenas servem para engajar o mesmo círculo de actores e amigos.

Ou seja, o que sucede é que no espaço digital, a informação pode provir de muitas fontes e perspectivas diferentes, mas quando só se

ouvem as mesmas perspectivas e opiniões vezes sem conta, pode-se estar numa constante repetição sem alteração. Assim, de acordo com a teoria da polarização do grupo (Sunstein, 2022), uma câmara de eco pode actuar como um mecanismo para reforçar uma opinião existente dentro de um grupo e, como resultado, mover todo o grupo para posições semelhantes. As câmaras de eco têm demonstrado a sua existência em várias formas de meios de comunicação virtual, tais como blogs, fóruns e portais de comunicação social, sendo que Moçambique pode ser um desses casos.

Mais adiante, para além da dimensão de emissão e formação de opinião pública, uma das respostas presentes em quase todas as falas dos entrevistados não foi apenas o carácter eminentemente opinativo das redes sociais da Internet, mas igualmente a sua função de servir como meio primário para busca de informação sobre a vida política em Moçambique, como referiram os entrevistados abaixo:

Há uma relação muito forte (entre redes sociais e meu engajamento político) – eu acho que se não existissem as redes sociais se calhar uma boa percentagem deste lado político estaria apagado, porque muita informação que eu tenho é através das redes sociais, então se não tivesse essa informação, se calhar primeiro não teria como me manter informado, segundo criticar, terceiro comentar ou até mesmo fazer publicações através das redes sociais (VF, Novembro, 2019).

Antes de chegar a TV, as redes sociais são o local que eu mais consigo captar e ter informações (em tempo record) – por vezes posso ouvir alguma coisa na rádio. Partilhamos informações lá (nas redes sociais), exprimimos os nossos sentimentos lá, até os políticos usam (EL, Novembro, 2019).

Noutra dimensão de participação política (componente eleitoral), verifica-se que se os jovens não tendem a votar por algum tipo de desconfiança ou contra o sistema político em vigor, mas ao menos se interessam em seguir actores políticos através das redes sociais da Internet, tal como ilustra a conversa abaixo:

Eu consumo informação sobre política todos os dias...para tal eu uso redes sociais, não tem outra forma para mim. Elas (redes sociais) ajudam no meu engajamento. O que eu notei nos últimos anos é que os regimes (políticos) também usam as redes sociais para poder transmitir as suas ideologias, para ludibriar as pessoas, porque eles descobriram o quão fortes são as redes sociais.

Quando eu percebi que eles também estavam nesse espaço foi uma descoberta para mim, mas é preciso perceber que onde o político vai não é boa coisa, então se eles usam as redes sociais para esse fim, então é porque ali (nas redes sociais) existe alguma coisa e temos que estar lá e fazer o nosso trabalho (CC, Novembro, 2019).

Tendo em consideração a definição de participação política adoptada neste artigo, fica evidente, a partir da fala acima (a última), que aceder a informação faz parte de uma das formas de destaque através da qual os jovens procuram manter algum interesse pela política formal, embora seja sublinhado que a dimensão informativa das ferramentas digitais não é uma realidade nova ou particular de Moçambique, dado que alguns estudos (Westerman et al., 2014) já haviam demonstrado que as redes sociais da Internet permitem a partilha de conteúdos e têm características que auxiliam aos utilizadores ligar entre si através de *feeds* de notícias. Assim, os meios de comunicação social digitais fornecem opções de aquisição de informação através de redes de pessoas com interesses semelhantes, uma vez que os laços sociais desempenham um aspecto essencial em incorporação de informação (Intyaswati et al., 2021).

Contudo, existe um lado obscuro dessa realidade que é impactada pela partilha de informação política, com alguma tendência em polarizar as opiniões das pessoas que promovem o debate nos espaços virtuais (Nugent, 2020). Pese embora no caso de Moçambique não existam estudos que ilustrem essa tendência de forma comprovada, tem sido denunciada, com alguma frequência, uma tentativa de controlar o debate feito no espaço virtual através do que ficou conhecido como *mahindras digitais* ou *milicianos digitais* (Tsandzana,

2022). Dito de outra forma, o facto do espaço virtual ser controlado por vozes influentes e negativamente tendenciosas ao debate público, pode ser visto como um potencial risco para inibir a emergência de vozes juvenis por meio das redes sociais da Internet.

Para além da dimensão informativa, a fala de CC nos revela que existe um entendimento segundo o qual as redes sociais da Internet não só interessam os jovens, mas igualmente os políticos em si. Contudo, o que difere são os propósitos, se notarmos que os jovens usam tais espaços digitais para se informarem, enquanto os políticos tendem a criar certa ilusão na opinião desses mesmos usuários por meio de diferentes estratégias de comunicação política, tal como ficou patente durante as eleições municipais de 2018 em Moçambique (Tsandzana, 2020).

Numa outra perspectiva de análise, das entrevistas realizadas, floresceu uma forma alternativa de participação ancorada na produção cultural e artística – um elemento-chave para a construção das identidades juvenis no meio virtual. Tal é feito por meio de plataformas digitais como Facebook – a rede social de maior acesso em Moçambique (ver figura 2). Sobre essa realidade, AC, jovem residente na Cidade de Maputo e auto-intitulado *artista*, revelou o seguinte:

Eu me assumo como artista – alguém que faz arte para fazer activismo. Quando falo é para a juventude (o meu público-alvo) – procuro trazer luz para essa juventude, puxá-los para reflectir sobre determinadas situações.

AC ³ é exemplo de um jovem urbano que, tendo como base as suas redes sociais da Internet (em particular Facebook), procura estabelecer correntes de activismo por meio da sua arte vocal (rap). A prática exercida por este jovem é similar com que tem sido demonstrado em outras realidades (Weij et al., 2022), onde a arte, nas suas diferentes

³ Entrevista, Cidade de Maputo, Novembro, 2019.

dimensões (música, poesia e dança), passou a constituir formas de intervenção na política. Ou seja, por meio de diferentes manifestações, os jovens transmitem o seu pensamento político, atingindo dessa forma demais jovens que, por meio das plataformas virtuais, acedem aos seus conteúdos (Tsandzana, 2022).

Chegados aqui, as entrevistas acima apresentadas devem nos interpelar sobre diferentes ângulos de análise, sendo que daremos destaque para três. Em primeiro lugar, verifica-se que apesar dos níveis reduzidos de acesso à Internet, os jovens urbanos em Moçambique depositam alguma esperança na forma como o espaço virtual pode galvanizar o seu interesse pela política, sobretudo quando se trata de aceder à informação. Tal realidade é relevante, se tivermos em conta a hipótese segundo a qual esses mesmos jovens passam maior parte do seu tempo longe do acesso aos meios de informação tradicionais como a televisão ou rádio, vistas comumente como os meios de acesso à informação de maior relevância em Moçambique.

Note-se, de facto, que a ascensão do uso dos meios digitais como mecanismos de informação política tem sido demonstrada em alguns estudos sobre a participação política dos jovens. Por exemplo, em 2021, o EISA revelou que 53% dos jovens usavam as redes sociais da Internet como mecanismos para obter informação política.

Em segundo lugar, emerge uma tendência que procura associar as redes sociais da Internet como espaços alternativos ou de escapatória para os jovens, dado que existe uma tendência em se concluir que os espaços físicos de participação (ruas e locais de encontro público) estão comprometidos (Pereira et al., 2020) por tentativas recorrentes de impedir com que os diferentes grupos sociais, em particular os jovens, possam exercer a sua participação política. Assim, emerge como solução o uso dos espaços virtuais na qualidade de meios para contrapor esse fechamento cívico – o que revela a hipótese colocada neste artigo, quando nos referirmos que os jovens não estão necessariamente despolitizados, mas possuem “novas” formas de exercer a sua participação política.

Em terceiro plano, destaca-se a forma como os próprios políticos

começam a demonstrar interesse em usar as redes sociais da Internet para passar a sua mensagem. Esta realidade revela o quão importante podem ter se tornado as plataformas digitais no cenário político em Moçambique, num momento em que os maiores usuários podem ser assumidos como hipoteticamente jovens, e, por conseguinte, se tivermos em conta a maior franja da população, são os que mais votam, daí o interesse dos actores políticos em captar tal sensibilidade. Um exemplo de destaque que pode revelar tal interesse surgiu do Presidente da República, Filipe Nyusi, quando em 2017 lançou uma rubrica na sua página do Facebook designada “Pergunte ao Presidente”, cujo objectivo era criar um espaço de diálogo entre o governante e os seus seguidores.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Não sendo possível fazer afirmações definitivas, importa destacar que ao longo do presente artigo procuramos trazer propostas e pistas de reflexão que devem ir para além da discussão eminentemente conceptual sobre o entendimento das metamorfoses sociais e políticas pelo que passam os jovens em Moçambique.

Percebemos que, para discutir sobre tal temática, torna-se necessário compreender o processo histórico pelo qual se forjou a franja populacional que hoje representa a face participativa de maior engajamento no país. De facto, não se pode discutir a relação existente entre jovens e participação política sem antes interrogar-se sobre a narrativa política construída ao longo dos anos em torno desses mesmos jovens, sobretudo quando estes são constantemente considerados o “futuro do país”, embora desconfiados sobre a sua real capacidade em ser o “presente do país”.

Por conseguinte, associar-se o debate sobre jovens e Internet nos deve questionar sobre as possibilidades que o espaço virtual possui em influenciar actos de participação política em Moçambique, seja do ponto de vista qualitativo, mas também quantitativo, num país

onde o acesso à Internet é diminuto e a sua qualidade questionável, razão pela qual nos associamos ao que é afirmado por Rabia Polat (2005: 453), destacando que “(...) em vez de tentar medir se a Internet aumenta a capacidade de comunicação ou o nível de participação política, os estudos devem investigar de que maneira os mecanismos de participação são afectados, bem como quais são os tipos de engajamento participativo motivados pelo uso da Internet”.

Por fim, este artigo sugere duas pistas de reflexão que merecem seguimento em pesquisas futuras: (1) o estudo em torno das redes sociais da Internet deve ser feito tendo como base a inconsistência de dados existentes sobre o real acesso as plataformas digitais no país, razão pela qual um trabalho que busque articulação entre as diferentes fontes favorece uma melhor compreensão do fenómeno estudado; e (2) com o aumento de iniciativas político-juvenis na esfera virtual, há necessidade de alargar o campo de pesquisa para além da cidade capital Maputo, dado que os jovens são uma multiplicidade e, por consequência, os seus anseios também diferem em função do contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abbink, Jon (2004). *Being young in Africa: The politics of despair and renewal*. Leiden: Brill.

Adebayo, Joseph (2018). Youth and the Quest for Political Participation. *Journal of African Elections*, 17(1), 140-160.

Biza, Adriano (2007). *Associações de jovens, Estado e política em Moçambique: da herança a novos desafios*. Maputo: IESE.

Borges, Aleida (2016). Youth and Politics: Is there space for youth in Cabo-Verdean Politics? *Journal of Cape Verdean Studies*, 4(1), 75-91.

Bourdieu, Pierre (1984). *Questions de sociologie*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Boyd, Danah (2007). Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*,

13(1), 210-230.

Braud, Philippe (2014). *Sociologie politique*. Paris: L.G.D.J.

Bucher, Taina (2015). Networking, or What the Social Means in Social Media. *Social Media + Society*, 1(2), 1-2.

Chiweshe, Manase (2017). Social Networks as Anti-revolutionary Forces: Facebook and Political Apathy among Youth in Urban Harare, Zimbabwe. *Africa Development*, 42(2), 129-147.

Cinelli, Matteo et al. (2021). The echo chamber effect on social media. *Proceedings of the National Academy of Sciences – PNAS*, 118(9), 1-8.

Comaroff, John et al. (2000). Reflections on youth form the past to the postcolony. *Politique africaine*, 80(4), 90-110.

Da Silveira, Sérgio et al. (2014). *Cultura, política e ativismo nas redes digitais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

De Boeck, Filip et al. (2000). Faire et défaire la société : enfants, jeunes et politique en Afrique. *Politique africaine*, 80(4), 5-11.

Diouf, Mamadou (2003). Engaging postcolonial cultures: African youth and public sphere. *African studies*, 46(2), 1-12.

Durampart, Michel (2013). *L'expression des cybercitoyens entre continuité et ruptures face à une sociabilité quotidienne*. Paris: Éditions Karthala et IRMC.

Durham, Deborah (2000). Youth and the social imagination in Africa: introduction. *Anthropological Quarterly*, 73(3), 113-120.

EISA (2021). *Estudo de Base sobre a participação e engajamento da juventude em processos políticos em Moçambique*. Maputo: EISA.

Ekman, Joakim (2009). Political participation, and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22(3), 283-300.

Farthing, Rys (2010). The politics of youthful antipolitics: representing the 'issue' of youth participation in politics. *Journal of Youth Studies*, 13(2), 181-195.

Galland, Olivier (2011). *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin.

Gomez-Perez, Muriel et al. (2012). *L'Afrique des générations : entre tensions et négociations*. Paris: Karthala.

Honwana, Alcinda (2014). *The Time of Youth: Work, social change and politics in Africa*. Oxford: Kumarian.

Honwana, Alcinda (2019). *Youth struggles: from the Arab spring to black matter and beyond*. *African studies*, 62(1), 8-21.

Instituto Nacional De Estatística (2017). *Censo Geral da População Moçambique*. Maputo: INE.

Intyaswati, Drina (2021). *Social Media as an Information Source of Political Learning in Online Education*. *SAGE Open*, April-June, 1-8.

Joanguete, Celestino (2017). *Comunicação política e cibercidadania: um desafio para as democracias emergentes*. In Moreira, Ana et al. (Org.). *Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios* (pp. 195-208). Braga: CECS

Levitsky, Steven et al. (2017). *How Democracies Die*. London: Viking Penguin.

Malila, Vanessa (2015). *Being a Born Free: the misunderstandings and missed opportunities facing young South Africans*. *Rhodes Journalism Review*. 35, 1-10.

Morozov, Evgeny (2011). *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*. New York: Public Affairs Books.

Mueller, Lisa (2018). *Political Protest in Contemporary Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.

Muxel, Anne (2018). *Politisés les jeunes ?* Paris: Nouvelles éditions de l'Aube.

Norris, Pippa (2022). *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Nugent, Elizabeth (2020). *After Repression – How polarization derails democratic transition*. Princeton: Princeton University Press.

Pais, José (1990). *A construção sociológica da juventude — alguns contributos*. *Análise Social*, 25(1-2), 139-165.

Pereira, Crescêncio et al. (2020). *Navigating Civic Spaces in Mozambique. Baseline Report*. Maputo: Institute for Social and Economic Studies.

Philipps, Joschka (2018). *A Global Generation? Youth Studies in*

a Postcolonial World. Centre for African Studies Basel.

Pitcher, Anne (2005). Les élections générales de 2004 au Mozambique. Choix, conséquences et perspectives. *Politique africaine*, 98(2), 149-165.

Polat, Rabia (2005). The Internet and political participation: exploring the explanatory links. *European Journal of Communication*, 20(4), 435-459.

Roche, Agnès (2016). Les jeunesses au prisme de la sociologie. *Siècles*, 24, 9-23.

Simeant, Johanna (2014). *Contester au Mali : Formes de la mobilisation et de la critique à Bamako*. Paris: Éditions Karthala.

Sunstein, Cass (2022). The law of group polarization. *Journal of Political Philosophy*, 10(2), 175-195.

Teorell, Jan et al. (2007). *Political Participation: Mapping the Terrain*. London: Routledge.

Tsandzana, Dércio (2018). Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos ‘conectados desamparados’. *Sociedade e Comunicação*, 34(2), 235-250.

Tsandzana, Dércio (2019). Using on-line platforms to observe and monitor elections: A Netnography of Mozambique. *Journal of African Elections*, 18(2), 46-71.

Tsandzana, Dércio (2020). Estratégias de comunicação política em Moçambique: entre a exclusão de candidatos e o combate à desinformação. *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, 11(2), 71-86.

Tsandzana, Dércio (2020). Redes Sociais da Internet como “Tubo de Escape” Juvenil no Espaço Político-Urbano em Moçambique. *Cadernos de Estudos Africanos*, 40(2), 167-189.

Tsandzana, Dércio (2022). Entre a poesia, o rap e a Internet: práticas e experiências de participação política urbano-juvenil em Moçambique. In Sarrouy, Alix et al. (Org.), *A Arte de Construir Cidadania* (pp. 301-322). Lisboa. Tinta da China.

Tsandzana, Dércio (2022). Mahindras digitais: discurso de ódio e transformação do espaço digital em Moçambique, VI Conferência

Internacional, Maputo, IESE.

Tsandzana, Dércio (2022). The political participation of youth in Mozambique's 2019 general elections. *Journal of African Elections*, 21(1), 95-119.

Van De Velde, Cécile (2015). *Sociologie des âges de la vie*. Paris: Armand Colin.

Van Reybrouck, David (2013). *Against Elections: The Case for Democracy*. London: Random House.

Weij, Frank et al. (2022). Artivist reception on Twitter: art, politics, and social media. *Information, Communication & Society*, 26(8), 1-20.

Westerman, David et al. (2014). Social Media as Information Source: Recency of Updates and Credibility of Information. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 19(2), 171-183.

Wilson, Mark et al. (2012). The role of ICT in Arab spring movements. *Netcom*, 26(3-4), 343-356.